

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1516 | 20/07/2020 a 31/07/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

COMBUSTÍVEL VERDE

VANTAGENS DO ETANOL

Nas últimas décadas, investimento no setor reduziu a dependência do petróleo estrangeiro, além de gerar empregos e renda e preservar o meio ambiente

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Às vezes, adotamos alguns lugares comuns que nos fazem enxergar apenas parte de um todo. Isso acontece, muitas vezes, quando afirmamos que o agronegócio brasileiro tem lastro na soja e no milho. O setor abrange muito mais do que apenas estes dois produtos, por conta de uma variedade imensa de cadeias. Uma delas, de extrema importância, é a cana-de-açúcar, que, a partir dos seus derivados (etanol, açúcar, melado, cachaça, silagem, entre outros), move (com o perdão do trocadilho) o campo, gera emprego e renda e preserva o meio ambiente.

É isso que a matéria de capa deste informativo traz: um amplo panorama desta atividade, desde o início do século passado, quando começou a produção de etanol no Brasil a partir da cana-de-açúcar. De lá para cá, ocorreram inúmeros avanços econômicos, sociais e, principalmente, ambientais. Afinal, o etanol é mundialmente conhecido como combustível verde.

A importância do setor sucroalcooleiro fez o SENAR-PR ir além. De forma inédita, a entidade realizou um diagnóstico junto a 17 usinas do Paraná para saber como anda o setor: outra matéria sobre cana-de-açúcar nesta mesma edição traz os detalhes. O SENAR-PR identificou as necessidades para poder se debruçar e desenvolver novos cursos que possam otimizar o trabalho no campo. Ou seja, em breve, o setor sucroalcooleiro paranaense, que já figura como referência nacional, será ainda melhor.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - Fecomércio e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1516:

Fernando Santos, CNA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



ETANOL NO TANQUE

Produção do álcool combustível se confirma como boa escolha tanto em economia quanto em meio ambiente

PÁG. 20

PRÊMIO

Paranaense do Sudoeste vence concurso nacional de produtividade de soja com 118 sacas por hectare

Pág. 4

SEGURO RURAL

Paraná se mantém no primeiro lugar nacional em número de contratações de apólices

Pág. 6

SANIDADE ANIMAL

Ações para se tornar área livre de febre aftosa sem vacinação continuam em curso durante a pandemia

Pág. 10

PRAGA

Cigarrinha do milho volta a aparecer com força no Paraná causando prejuízos na segunda safra do cereal

Pág. 14

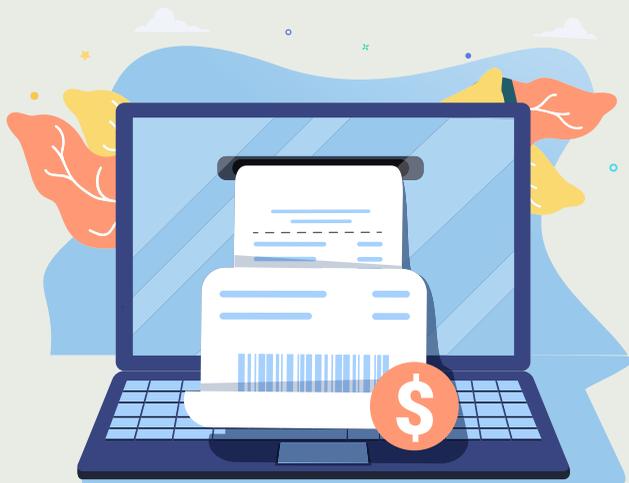
MATA ATLÂNTICA

Impasse ambiental ameaça atividade econômica de mais de 2 milhões de produtores rurais de todo país

Pág. 30

Após pedido da FAEP, governo adia obrigação da Nota Fiscal Eletrônica

A partir de 2021, modelo vai substituir a nota em papel nas operações interestaduais, que também precisa ser emitida pelo produtor rural



A emissão da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e), modelo 55, conforme previsto na Norma de Procedimento Fiscal (NPF) 031/2015, começa a valer a partir do dia 1º de janeiro de 2021. A mudança na data partiu de um pedido da FAEP, por meio de ofício, apontando que a “dificuldade de sinal de internet no campo” seria um obstáculo para a emissão do documento. A Receita Estadual alerta que todas as operações interestaduais do produtor rural devem ser realizadas com a nota fiscal eletrônica a partir do primeiro dia do próximo ano.

Com a futura definição, será proibida a utilização da Nota Fiscal de Produtor Rural (NFP) em papel, modelo 4, nas operações interestaduais. Nas operações realizadas dentro do Estado, as duas notas fiscais serão aceitas, tanto eletrônica como em papel.

Com a implementação da NFP-e, o produtor passará a fazer toda emissão via internet. O processo traz mais agilidade e eficiência fiscal, visto que a nota eletrônica é gerada e autorizada imediatamente pelo portal da Receita Estadual após o devido cadastro, com acesso mediante utilização de chave e senha. Com a nota eletrônica, o produtor rural não precisará se deslocar até a Prefeitura para buscar ou entregar os talões de papel e carbono.

O acesso ao portal da Receita Estadual é exclusivo, individual e de responsabilidade do produtor. Por isso, a recomendação é que o usuário mantenha sua chave e senha de acesso em segurança e não forneça essas informações a terceiros.

Orientações da Receita Estadual do PR:

- Antes de emitir a nota fiscal eletrônica, o produtor rural titular da inscrição estadual no CAD/PRO precisa efetuar seu cadastro de usuário do portal da Receita Estadual (www.receita.pr.gov.br) para obter sua respectiva chave e senha. A recomendação é que o cadastro seja feito com antecedência, pois as informações do cadastro de usuário precisam ser enviadas para deferimento da Receita Estadual.

- A emissão da NFP-e é feita no portal da Receita Estadual, no menu Produtor Rural. Mais informações podem ser encontradas no site do Sistema Público de Estruturação Digital (SPED-PR) pelo link: www.sped.fazenda.pr.gov.br

- O produtor rural deve manter seu cadastro na Prefeitura atualizado, pois a emissão da NFP-e está condicionada a este cadastro ativo. O endereço da propriedade deve estar completo.

- Caso queira, o produtor rural titular pode indicar associados responsáveis para emitir a NFP-e em seu nome. Essa autorização deve ser realizada no portal da Receita Estadual, no menu Produtor Rural, item Autorização – Associados. É necessário que os autorizados tenham cadastro no site.

Sem inseticida, agricultor do Paraná ganha prêmio de produtividade de soja

Usando técnicas do plantio direto e do MIP, obtidas nos cursos do SENAR-PR, Laércio Dalla Vecchia colheu 118 sacas por hectare



Laércio Dalla Vecchia (no centro) com seus pais: maior produtividade de soja do Brasil em 2019/20, segundo o Cesb

O produtor rural Laércio Dalla Vecchia, de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná, tinha um sonho: produzir mais de 100 sacas de soja por hectare. Amparado pelos conceitos do plantio direto e das técnicas do Manejo Integrado por Pragas (MIP), o agricultor foi além. Dalla Vecchia sagrou-se campeão do Desafio Nacional de Máxima Produtividade, chancelado pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb), ultrapassando a própria meta. No talhão cultivado para o concurso, o sojicultor colheu 118 sacas por hectare. E mais, conseguiu atingir essa produtividade sem ter feito aplicação de inseticidas.

“Não tem nada de produto milagroso. O segredo é fazer tudo na hora certa, no tempo certo, do jeito certo, tudo com muita paixão e amor. É [fazer] o monitoramento, estar todo dia no campo, vendo como está se desenvolvendo a lavoura. Tem aquele ditado que é o olho do criador que engorda o porco. Na lavoura, não é diferente”, diz Dalla Vecchia. “Eu tenho orgulho de dizer que essa área foi campeã com zero aplicação de inseticida. Está mais que provado que não precisa passar produto químico se não tiver dano [à lavoura]”, acrescenta.

Este é o quinto ano consecutivo em que Dalla Vecchia participa do Desafio do Cesb. Desde então, o produtor separa um talhão de sua propriedade para ampliar a produtividade. Na ocasião, o agricultor não perdia de vista a sua meta. “Eu pensava assim: ‘Se o pessoal do Cesb consegue fazer 100 sacas por hectare, eu também consigo’”, diz. Apesar disso, no início, o produtor cometeu alguns equívocos. Erroneamente, pensou que bastava aplicar produtos agroquímicos para que sua lavoura se desenvolvesse.

“Eu tinha em mente que, para colher bastante, precisava investir bastante. Fazia cinco aplicações de fungicida e [aplicava] mais um monte de adubo. Fazia tudo que podia, quimicamente. A minha soja vinha bonita até uma altura, mas chegava no final e 40%, em média, morriam por doenças radiculares e perdia o rendimento. Faltava um elo na minha corrente”, conta.

Além das próprias experiências “empíricas” – como ele mesmo define –, Dalla Vecchia sempre esteve em uma busca incessante por informações. Parti-

cipa de diversos grupos com outros produtores, em que troca experiências. Além disso, a grande virada ocorreu quando o agricultor se aproximou das técnicas do plantio direto e do Manejo Integrado de Pragas (MIP).

MIP como tecnologia

Em 2018, ele frequentou o curso de MIP do SENAR-PR, desenvolvido em parceria com a Embrapa e o Iapar-Emater (IDR-PR), em que aprendeu que, a partir do monitoramento constante da lavoura, pode conduzir a cultura de forma mais racional. Na ocasião, dividiu sua propriedade em duas áreas. Uma delas, conduziu de acordo com as técnicas do MIP e não foi preciso aplicar inseticidas. Na outra, precisou fazer mais de três aplicações. “Foi uma experiência muito positiva. De lá para cá, aplico MIP em 100% das áreas”, diz.

“Era isso o que estava me faltando. A partir daí, eu comecei a pensar diferente. Comecei a fazer monitoramento direto, coloquei plantas alternativas, fiz calagem de solo, rotação de culturas, adubação de sistemas. É só o básico, mas preparando o solo com muito capricho, focando em uma agricultura sustentável voltada a fazer o que é preciso, com muito amor”, acrescenta o agricultor.

Além do talhão cultivado para o Desafio do Cesb – e em que obteve produtividade de 118 sacas por hectare –, Dalla Vecchia manteve o mesmo padrão no restante de sua propriedade. Também conseguiu excelentes resultados, colhendo 90 sacas por hectare, na média geral. Entusiasta do MIP, o sojicultor não abre mão de, ele mesmo, vistoriar a lavoura e cuidar diretamente do solo. “O monitoramento é aplicar o que realmente precisa e na hora certa, de forma eficiente. Isso vai gerar sustentabilidade e lucratividade. O produtor tem que acompanhar a lavoura. Não pode delegar essa função para o técnico ou para o agrônomo”, diz.

Dalla Vecchia não é um caso isolado. O MIP tem ajudado produtores de toda a região a fazer o monitoramento das próprias lavouras e a conduzir as culturas de forma mais sustentável e racional, sem abrir mão da produtividade. Instrutor do SENAR-PR, o engenheiro agrônomo

José Vescovi exemplifica que, no último curso de MIP oferecido na região de Mangueirinha, a média nas 16 lavouras conduzidas nas práticas foi de 1,1 aplicação de agroquímicos. Sem o MIP, a média de aplicações é de 3,5 na região.

“O MIP tem ajudado muitos produtores a manter ou ampliar a produtividade, com maior sustentabilidade. Ele faz o controle e só entra com defensivos quando há necessidade, com o produto certo e na hora recomendada. Isso tem propiciado redução de aplicações, reduzindo custos e o impacto ambiental”, diz Vescovi. “O produtor que faz MIP se torna mais crítico e racional. Temos trabalhado com o MIP há quatro safras e vimos que as técnicas reduzem significativamente o número de aplicações na lavoura”, acrescenta.

Cursos do SENAR-PR

Além do MIP, Dalla Vecchia se formou em outros dois cursos ofertados pelo SENAR-PR: Operação de implementos agrícolas e o Programa Herdeiros do Campo. Nas entrevistas que concedeu após ter conquistado o título de campeão do Cesb, o agricultor enfatizou a importância das capacitações. “Quero agradecer os cursos de MIP e o SENAR-PR”, destacou.

O presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oraldi Caldato, festejou a conquista de Dalla Vecchia, ressaltando que o exemplo do produtor premiado atesta o potencial produtivo da região. “No Sudoeste, nesta última safra, batemos um recorde histórico, ultrapassando 1,3 milhão de toneladas, com produtividade média acima de 80 sacas por hectare. O pessoal está buscando muito o aperfeiçoamento, conhecimento, rotação de culturas, trabalhando cobertura”, aponta.

Caldato destaca que Dalla Vecchia tem servido de exemplo, como uma “vitrine” a outros produtores da microrregião de Pato Branco, que abrange 15 municípios. “Ele tem participado de muitos eventos, como palestras, falando de suas experiências em relação a solo, a cobertura e, na questão da soja, apresenta resultados interessantes demais. Ele tem servido de exemplo a muitos agricultores”, diz.

Paraná manteve liderança em contratação de seguro rural em 2019

Estado foi responsável por 40% dos contratos do PSR no ano passado. Soja, milho safrinha e trigo são as culturas mais seguradas

O Paraná manteve, em 2019, a liderança absoluta na contratação de seguro rural, pelo Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR). Conforme o relatório divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os produtores paranaenses contrataram mais de 38,1 mil apólices, o que representa 40% do volume de contratos firmados naquele ano. As subvenções federais no Estado totalizaram R\$ 130,2 milhões e as culturas a que os produtores mais recorreram ao seguro rural foram de soja, milho safrinha e trigo.

O volume de apólices contratadas pelo Paraná corresponde a mais que o dobro que os 18,3 mil contratos efetivados pelo Rio Grande do Sul, segundo Estado que teve mais adesão ao PSR.

Em seguida, aparecem São Paulo, com 15,4 mil contratos, Mato Grosso do Sul, com 4,8 mil, e Goiás, com 4,7 mil apólices. No total, o PSR destinou R\$ 440 milhões à subvenção do seguro rural, atendendo a 52,8 mil produtores rurais em todo o Brasil.

“Alguns fatores combinados explicam o fato de o Paraná ter se consolidado como o maior usuário do seguro rural. Um desses aspectos é o de o Paraná ser um celeiro de produção, que adota muitas tecnologias. Entre elas, está o seguro rural, que os produtores paranaenses entenderam como importante para garantir a produção e minimizar os riscos. Já se tornou cultural no Estado”, avalia o coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Jeffrey Albers.



Culturas

Conforme o relatório do Mapa, o Paraná foi responsável por 64% em operações do PSR para o milho safrinha. Nesta modalidade, foram 12,5 mil apólices firmadas por agricultores do Estado. Os dados também mostram o aumento expressivo de adesão aos produtores de milho safrinha ao PSR: o volume de contratos nesta cultura cresceu 44% em relação a 2018.

No trigo, os produtores do Paraná contrataram mais de 4,9 mil apólices, o que representa quase 63% dos contratos para esta cultura. Também houve grande expansão do seguro rural entre os tricultores paranaenses, com aumento de 45% no número de apólices contratadas e de 47% no valor segurado, pelo PSR.

O Paraná também se destacou na contratação de seguro rural para lavouras de soja, por meio do PSR. Foi a cultura que mais teve apólices contratadas, com mais de 19 mil operações. Isso representa 48% das apólices voltadas à soja em todo o país. “Comparado a 2018, houve elevação de 35% no valor das subvenções, o que, juntamente com os ajustes no percentual de subvenção, potencializou os demais indicadores”, consta do relatório do Mapa.

Expansão

Em 2019, o governo federal destinou R\$ 440 milhões ao PSR – recursos que foram executados integralmente. A partir da gestão da ministra Tereza Cristina, o Mapa deu um foco maior ao seguro rural, ampliando a liberação de recursos para

38,1 mil

apólices foram contratadas pelos paranaenses, mais que o dobro do segundo lugar, os gaúchos

“Seguro rural precisa fazer parte da nossa atividade de forma estratégica, minimizando riscos e zerando eventuais prejuízos decorrentes de oscilações climáticas”

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



esta finalidade. Ainda em 2020, foram destinados mais de R\$ 1 bilhão. No recém-lançado Plano Safra, o Mapa anunciou a previsão de mais de 1,3 bilhão ao PSR. A FAEP defendia esse maior aporte de recursos à subvenção do seguro rural, como forma de consolidação da ferramenta.

“O PSR é uma alavanca para criar a cultura do seguro rural entre os produtores. Ao subvencionar o prêmio, o programa ajuda, indiretamente, a criar o hábito da contratação do seguro, a tornar essa ferramenta mais massificada”, diz Albers. “No futuro, quando o número de produtores contratando seguro rural for ainda maior, a tendência é de que o seguro fique mais barato. Com isso, o governo pode, aos poucos, reduzir sua participação na subvenção de cada apólice, mas propiciando que mais produtores possam ser atendidos”, acrescenta.

Seguro estadual

Paralelamente, o governo do Paraná também tem um programa de seguro rural, que funciona de forma complementar ao PSR. Na safra passada, o programa estadual destinou R\$ 3,7 milhões (em razão de um atraso, não houve subvenção ao milho). Para a safra atual (iniciada em 1º de julho), serão destinados R\$ 15 milhões. “É um aumento expressivo. O papel do seguro estadual é ser um complemento ao federal, reduzindo o ônus do produtor e com um papel importante de disseminar, também, o seguro rural”, explica Albers.

Há anos, FAEP destaca importância do seguro rural

Há mais de duas décadas, a gestão de riscos é uma bandeira prioritária ao Sistema FAEP/SENAR-PR. Ainda na década de 1990, a Federação deu início a uma série de visitas técnicas a países que são referências na implantação do seguro rural como política pública de segurança alimentar. A partir de então, os líderes paranaenses trouxeram informações relevantes que poderiam se encaixar no modelo brasileiro.

“A gestão de riscos é um tema que nos é prioritário. Trabalhamos sempre com informações qualificadas, para mostrar aos produtores do nosso Estado que o seguro rural precisa fazer parte da nossa atividade de forma estratégica, minimizando riscos e zerando eventuais prejuízos decorrentes de oscilações climáticas”, ressalta o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Em 2008, por exemplo, a FAEP organizou um seminário, que contou com a participação de técnicos do Mapa e de especialistas de diversas instituições, como a Universidade de São Paulo (USP). A partir do encontro, a Federação elaborou uma proposta técnica para a consolidação do seguro rural no país. O seguro de faturamento só foi desenvolvido pela atuação direta da entidade.

Desde então, o Sistema FAEP/SENAR-PR vem promovendo uma série de eventos, seminários e videoconferências sobre o tema, com o objetivo de levar informação qualificada para o produtor rural sobre o seguro rural e incentivar a adoção desta ferramenta, conforme a realidade de cada agricultor. “A FAEP sempre compreendeu que a gestão de riscos é um aspecto bem importante da produção rural e não mediu esforços em compartilhar esta visão e informações com os produtores”, aponta coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Jeffrey Albers.



Sistema FAEP/SENAR-PR reúne produtores que praticam venda direta

Tabela contém nome, cidade, telefone e produtos para que consumidores possam comprar diretamente



O Sistema FAEP/SENAR-PR está disponibilizando uma planilha com informações de produtores rurais que praticam a venda direta. O material conta com mais de 80 fornecedores, de diversas regiões do Estado, que comercializam seus produtos diretamente ao consumidor. A intenção é facilitar o contato entre quem produz e quem compra, principalmente nesse momento de combate à pandemia do novo coronavírus, que obriga o cumprimento de regras de distanciamento social.

As informações foram sistematizadas pelo Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR. Vanessa Reinhart, técnica da entidade responsável pela área de hortifrúti, enfatiza a importância ainda maior que a venda direta e o desenvolvimento regional ganharam nesses tempos de pandemia. “Temos casos de produtores de hortifrúti que perderam toda a renda, pois as empresas para as quais forneciam a produção param de comprar. Assim, essa forma de venda direta está sendo a única renda de muitos”, revela.

A ideia de sistematizar os dados de produtores surgiu depois de uma das lives feitas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, sobre o tema das feiras virtuais e seu ganho de importância com a pandemia. “Os supervisores regionais do SENAR-PR levantaram informações sobre produtores que têm venda direta. A intenção é seguir alimentando a planilha com outros produtores que manifestarem interesse em terem seus dados incluídos no nosso material”, projeta Vanessa.

Os produtores rurais que tiverem interesse em incluir seus dados na planilha, devem mandar um e-mail para vanessa.reinhart@senarpr.org.br com os seguintes dados: cidade, endereço, produtos que vende, faz entrega, nome (pessoa física ou jurídica), contato (telefones e Whatsapp), como faz a comercialização e link (se houver).

Serviço

A planilha completa está disponível para *download* na seção Serviços, no nosso site: www.sistemafaep.org.br.



Orientações a produtores de hortifrúti

O Sistema FAEP/SENAR-PR também elaborou uma cartilha que trata sobre medidas de prevenção a serem adotadas pelos produtores de hortifrúti neste período de pandemia. O material completo está disponível para *download* gratuito seu site (www.sistemafaep.com.br), na seção Serviços.



Mesmo com pandemia, Paraná se mantém na trilha do novo *status* sanitário

Em junho, Estado concluiu coleta de amostras para inquérito soropidemiológico. Expectativa é de que reconhecimento ocorra em maio de 2021

A pandemia do novo coronavírus não tirou o Paraná da trilha de um objetivo que vem perseguindo há décadas: o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação. Apesar das mais diversas restrições e dificuldades impostas pelo controle dos casos de Covid-19, o Estado se adaptou e vem conseguindo dar prosseguimento ao cronograma da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Com o cumprimento de todas as etapas, o reconhecimento oficial do novo *status* sanitário do Paraná deve ocorrer em maio de 2021, durante assembleia-geral da OIE.

“Será o coroamento de um esforço de consolidação do sistema sanitário do Paraná como um dos mais robustos do país. Todo esse processo só foi possível porque as iniciativas pública e privada deram as mãos e somaram esforços, conjuntamente”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Em junho deste ano, o Estado deu mais um passo em direção à conquista do almejado *status* sanitário. Técnicos da Agência de Defesa Animal (Adapar) concluíram a coleta de amostras de 10 mil animais, em 330 propriedades rurais para-



naenses. Este material foi enviado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que fará a análise ao longo de um inquérito soroepidemiológico, que tem por objetivo avaliar se há circulação viral de febre aftosa nos limites do Paraná.

A última vacinação contra a doença em terras paranaenses ocorreu em maio de 2019. Como pré-requisito para a obtenção do novo *status* sanitário, o Paraná suspendeu, então, a vacina. Para que o Estado dê prosseguimento ao processo, agora, um ano depois da última campanha de imunização, o inquérito soroepidemiológico precisa apontar que não há circulação do vírus por aqui. Com a conclusão das análises, o relatório é encaminhado à OIE, em agosto. A partir de então, a OIE deve se manifestar sobre o processo até novembro. Se houver adequações ou intervenções, elas devem ser feitas em dezembro.

“Para concluir a certificação, além de cumprir todas as etapas que já concluímos ou que estão em andamento, nós precisamos comprovar que não há circulação viral no Paraná. Nós paramos de vacinar no ano passado e fazemos essa análise para comprovar laboratorialmente”, explica o gerente de saúde animal da Adapar, Rafael Gonçalves Dias.

“O cronograma está seguindo normalmente. A última etapa que dependia de providências do Paraná foi a coleta de amostras, com vistas a fazer o inquérito soroepidemiológico. Temos convicção de que não vai ter problema neste aspecto, ou seja, que a sorologia vai comprovar que não há circulação viral no nosso Estado”, aponta o diretor-executivo do Fundo

de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepac), Ronei Volpi. “Permanece a nossa plena expectativa de que, em maio do ano que vem, o Paraná será declarado como área livre de febre aftosa sem vacinação, com o reconhecimento internacional”, completa.

Superação

As 330 propriedades nas quais foram coletadas amostras para as análises foram escolhidas aleatoriamente, a partir de uma amostragem definida por um grupo de estudos da Universidade de São Paulo (USP), contratada pelo Mapa. Com base nessa definição, os técnicos da Adapar foram a campo, providenciar a coleta. Em meio à pandemia do novo coronavírus, a Agência teve que se adaptar para superar os obstáculos interpostos pelo isolamento social e afastamento de servidores que fazem parte de grupo de risco. Mesmo com a equipe reduzida, a Adapar conseguiu concluir as coletas dentro do prazo.

“A questão logística foi um desafio que a gente teve. Não foi fácil, porque temos muitos servidores em grupo de risco que tivemos que afastar e adotar uma série de protocolos de segurança para os servidores que atuaram nas coletas. Foi um processo diferente do que a gente está habituado, mas como não havia flexibilidade de prazos, houve a necessidade de se adequar e concluir o serviço”, diz Gonçalves Dias.

Fronteiras fechadas

Como parte do processo do reconhecimento internacional, desde o início deste ano, o Paraná fechou suas fronteiras sanitárias. Na prática, isso significa que, conforme determinação do Mapa, o Estado passou a proibir a entrada de bovinos e bufalinos voltados à cria, recria e engorda que provenham de unidades da federação que ainda vacinam seu rebanho contra a febre aftosa. Esses animais só podem dar entrada no Paraná como carga lacrada, a ser encaminhada para abate imediato, ou para cruzarem o território paranaense, em direção a outros Estados.

Em janeiro, quando o bloqueio sanitário começou, o Paraná só podia receber normalmente bovinos e bufalinos que proviessem de Santa Catarina, único Estado brasileiro já reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação. Em junho, a lista da Estados que podem comercializar animais para cria, recria e engorda com o Paraná aumentou. Isso porque Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e parte do Amazonas e do Mato Grosso passaram a ser considerados pelo Mapa como “em fase de transição” para a retirada da vacina.

“Com o processo de retirada da vacinação, esses Estados foram alçados ao mesmo *status* sanitário que o Paraná está hoje e, por isso, pode haver comercialização entre essas unidades da federação”, explicou Volpi.

Para fazer o controle da entrada de animais provenientes de outros Estados, o Paraná precisou consolidar uma rede de 33 Postos de Fiscalização de Trânsito Agropecuário (PFTA), instalados ao longo da divisa com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul e na fronteira com o Paraguai (gerenciado pelo Mapa). Administrados pela Adapar, esses pontos são responsáveis por vistoriar todos os caminhões que transportam animais e/ou produtos agropecuários que queiram ingressar ou cruzar o Paraná.

Localizado na BR-116, em Campina Grande do Sul, o último PFTA foi inaugurado em fevereiro deste ano. Além deste, a construção de outros dois postos de fiscalização foi custeada integralmente com recursos da iniciativa privada, por meio do Fundepic-PR e de cooperativas que fizeram o aporte de R\$ 1,5 milhão para o fortalecimento desta rede. A concessionária de rodovias Viapar contribuiu, bancando a construção de dois postos de fiscalização (em Diamante do Norte e Terra Rica, no Noroeste do Estado), enquanto o Sindaviapar custeou a aquisição de equipamentos para o Laboratório de Diagnósticos Marcos Enrietti, que também tem um papel determinante no controle sanitário animal do Paraná.

Calendário do novo *status*

Veja o que o Paraná já cumpriu e quais são os próximos passos na conquista do reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação



2019

Maior:
Última campanha de vacinação de febre aftosa no Paraná



2019

Outubro:
Mapa suspende oficialmente a vacinação no Paraná. Ficam proibidas a manutenção, comercialização e aplicação da vacina no Estado



2020

Janeiro:
Paraná promove o fechamento sanitário de suas divisas. Com isso, o Estado não pode receber bovinos e bufalinos para cria, recria e engorda de unidades da federação que ainda vacinam o rebanho



2020

Fevereiro:
Paraná concluiu a construção do 33º Posto de Fiscalização de Transporte Agropecuário. Era o último ponto que faltava para que o Estado fechasse suas divisas

Fonte: DTE/FAEP | Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR

Concurso

Outro pré-requisito estabelecido pelo Mapa, a contratação de médicos veterinários e fiscais agropecuários para atuar nesta rede está paralisada. O edital para realização do concurso público chegou a ser lançado, mas o processo foi suspenso em razão da pandemia. Para manter o serviço de fiscalização nos 33 PFTAs, a Adapar teve que refazer a escala de trabalho dos servidores e promover remanejamentos internos. Por enquanto, a Agência tem mantido os trabalhos dentro de perspectivas possíveis, mas que não as ideais.

“Conforme já havia sido identificado na auditoria do Mapa, há, realmente, a necessidade dessa contratação, porque fica complicado manter essa vigilância com o atual quadro de servidores. Em função da pandemia, diminuí o volume de trabalho, mas diminuí o volume servidores na ativa [em razão dos afastamentos]. Não é o ideal, mas estávamos fazendo de tudo para manter a vigilância”, diz Gonçalves Dias.

A expectativa de todo o setor agropecuário é de que, tão logo passe o período crítico da pandemia, o processo de contratação dos agentes de fiscalização volte a tramitar, com a retomada do concurso público.





2020

Junho:

Adapar coleta amostra de 10 mil bovinos em 330 propriedades rurais do Paraná. Material fará parte do inquérito sorológico epidemiológico que vai apontar se há circulação viral no Estado

2020

Agosto:

Inquérito sorológico epidemiológico é concluído pelo Mapa e enviado à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE)

2020

Novembro:

OIE analisa todo o processo de solicitação do novo *status* por parte do Paraná. Entidade pode solicitar adequações de pontos específicos

2021

Mai:

Com o cumprimento de todos os pré-requisitos, Paraná é declarado área livre de febre aftosa sem vacinação, em assembleia-geral da OIE

Décadas de trabalho permitiram chegar ao momento atual

Todo esse esforço que vai culminar na conquista do novo *status* sanitário não começou de uma hora para outra, mas é fruto de um trabalho que teve início na década de 1970. Há cerca de 50 anos, a iniciativa privada de uniu ao setor público, com vistas a promover melhorias estruturais, principalmente no que diz respeito a estradas e consolidação da rede de energia elétrica. Isso proporcionou o acesso rápido a vacinas e a remédios e ao acondicionamento adequado desses produtos, em locais refrigerados.

Um novo salto ocorreu ao longo dos anos 1990, quando a FAEP e o SENAR-PR fomentaram a criação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec), que até hoje se mantém como um dos pilares mais sólidos para garantir a indenização de produtores no caso de animais precisarem ser sacrificados em ações de controle sanitário. Essa segurança estimula os produtores a seguirem, de forma coesa, todas as políticas sanitárias determinadas pelo Estado. Também naquela década, o Sistema FAEP/SENAR-PR apoiou a criação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, um exemplo de união de produtores e poder público.

Nos anos 2000, o Paraná foi reconhecido como área livre de febre aftosa com vacinação. Todo este processo de preparação contou com apoio decisivo do Sistema FAEP/SENAR-PR, que investiu na capacitação de pecuaristas e funcionários de propriedades rurais e em diversas ações de sanidade e de disseminação de informação qualificada em todo o Estado. Além disso, a entidade auxiliou em ações que exigiram seriedade e mobilização imediata, como no controle do caso de febre aftosa por vínculo epidemiológico registrado em terras paranaenses.

Outro ponto importante foi a criação da Adapar, em dezembro de 2011, que também teve apoio direto do Sistema FAEP/SENAR-PR. A agência se consolidou na promoção de sanidade e ajudou o Paraná a se credenciar como exportador de produtos agropecuários e derivados. “A estruturação do sistema sanitário do nosso Estado é uma bandeira que já tem 50 anos, em que estamos adotando políticas com segurança e seriedade. O novo *status* deve ser o coroamento de todo esse esforço coletivo”, define o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Mas não foi só isso: nos últimos 23 anos, o setor privado investiu em ações de sanidade animal em todo o Paraná. De 1997 a 2019, o Sistema FAEP/SENAR-PR investiu US\$ 10,2 milhões, fomentando a participação em reuniões e congressos de órgãos internacionais e estimulando a criação de políticas públicas.

Inauguração do último Posto de Fiscalização de Trânsito Agropecuário, em fevereiro, na BR-116, em Campina Grande Sul



Safrinha sofre com a cigarrinha do milho

Incidência da praga e estratégias de controle foram discutidas em reunião da Comissão Técnica da FAEP. Vazio sanitário chegou a ser cogitado se não houver colaboração dos produtores



Cigarrinha do milho pode causar prejuízos de até 70% no resultado final da plantação

Pelo segundo ano consecutivo, a cigarrinha do milho (*Dalbulus maidis*) vem preocupando os produtores do Paraná, que tem no cereal seu principal insumo para a alimentação animal. Na região Oeste, onde o milho safrinha tem papel importante no calendário agrícola, especialistas apontam uma redução de 20 sacas por hectare em função da praga. Além de sugar a seiva das plantas, o inseto atua como vetor de doenças causando problemas como enfezamentos, tombamento e morte precoce das plantas, chegando a reduzir em até 70% a produtividade das lavouras.

O alto potencial destrutivo do inseto levou as autoridades fitossanitárias paranaenses a cogitarem um vazio sanitário como forma de controle. O tema foi debatido durante reunião da Comissão Técnica de Grãos, Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, realizada no dia 13 de julho, por videoconferência, com participação de 40 pessoas, representando todas as regiões do Estado.

Na ocasião, o especialista em fitossanidade e professor do Centro Universitário Ingá (Uningá), Claudinei Antônio Minchio, ministrou uma palestra na qual apresentou informações recentes sobre o controle do inseto, fruto de um trabalho de campo realizado em 2019 a pedido de uma cooperativa do Oeste do Paraná. Naquele ano, a praga causou prejuízos significativos aos produtores do cereal, com o agravante de que pegou muitos de surpresa, uma vez que conviviam em paz com o insetinho, sem grandes prejuízos aparentes.

“O produtor não estava despreparado, mas desinformado. Ele se concentrava no controle e nos sintomas do ataque de cigarrinha na fase reprodutiva do milho, quando o principal momento de ação é na fase jovem, vegetativa”, observa Minchio. “O momento em que ela mais ataca o milho [fase inicial até V5] é o mesmo em que o percevejo barriga verde ataca. Como os produtores fazem o controle do percevejo e, mui-

Curso MIP Milho orienta produtores

Para orientar os produtores a utilizarem essa rica biodiversidade a seu favor, o SENAR-PR criou o curso “Inspetor de Manejo Integrado de Pragas (MIP) Milho”, já disponível para os produtores do Estado. A iniciativa segue o mesmo caminho do MIP Soja, oferecido há mais de quatro anos e que vem colecionando ótimos resultados de produtividade e economia. No momento, por conta da pandemia do novo coronavírus, os cursos presenciais do SENAR-PR estão suspensos. Para mais informações sobre novas turmas, consulte o sindicato rural local ou o site do Sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistemafoep.com.br).

tas vezes, utilizam inseticida de forma desnecessária, ocorre um desequilíbrio dos inimigos naturais que controlam tanto ovos, como ninfas, quanto a própria cigarrinha adulta”, explica. Sem os inimigos naturais para conter seu crescimento, a população de cigarrinhas disparou.

Monitoramento e controle

Para o professor Minchio, o vazio sanitário não seria a melhor estratégia para combater a cigarrinha do milho. A hipótese foi cogitada com o objetivo de eliminar a “ponte verde” entre a primeira e a segunda safra, por meio da qual o inseto sobreviveria e se multiplicaria. Porém, é possível reduzir esta ponte com a adoção do manejo correto e harmonizado entre os produtores, como a eliminação de plantas voluntárias (milho tigruera), sincronização dos períodos de semeadura e outras medidas (veja o quadro na página seguinte), a fim de evitar uma medida tão drástica quanto esta.

“O Paraná vive uma situação diferenciada, pois não tem milho sobre milho. O problema não é a multiplicação da doença pelo ar. O vazio sanitário seria a forma de conter um patógeno, como um fungo, por exemplo, transmitido pelo ar. Não é o caso dos mollicutes ou dos vírus, que são transmitidos pela picada da cigarrinha. Então a chave do controle das doenças passa pelo controle do agente transmissor”, analisa o especialista.

As melhores alternativas para o controle dessa praga, segundo Minchio, estão na própria lavoura, na forma de fungos, insetos e outros organismos que são naturalmente inimigos da cigarrinha do milho. Ocorre que, muitas vezes, os produtores acabam matando esses aliados, com aplicações excessivas ou fora de hora.

“O Paraná é vanguarda nesses estudos. É possível o controle desde que a gente adote técnicas de monitoramento e manejo, evitando a entrada desnecessária de agroquímicos que eliminam os predadores da cigarrinha e dos seus ovos”, reforça o professor do Uningá.



Cévio: busca de informações para enfrentar a cigarrinha

Praga ganhou força em 2019

Integrante da Comissão Técnica da FAEP, o produtor Cévio Mengarda, de Marechal Cândido Rondon, não percebeu danos causados pela cigarrinha na safrinha deste ano. Isso porque a seca foi a grande vilã nessa temporada, atingindo boa parte das lavouras de milho do Estado. Na safra de inverno do ano passado, esse papel coube à cigarrinha. “Ela existia, mas não era uma praga significativa na região. Ninguém dava muita importância até a safrinha de 2019. Como não havia experiência nesse assunto, ninguém estava preparado, todo mundo plantava os mesmos cultivares de sempre, aí surgiram os problemas”, relata.

Segundo Mengarda, que possui propriedades entre Pato Bragado e Francisco Alves, naquela safrinha as perdas chegaram a 60% em algumas áreas, o que levou o produtor a buscar novas alternativas de manejo. “Com isso, a gente aprendeu muita coisa, buscou informação, se adaptou, com cultivares que sofrem menos, e assim passamos conviver melhor com a cigarrinha”, observa.

Com o conhecimento adquirido de lá para cá, o produtor conseguiu reduzir os danos da praga na safra de verão e nesta safrinha, que não fosse a falta de chuva poderia ser cheia. “Esse ano o dano foi muito pequeno, justamente por conta da experiência anterior”, afirma.

A exemplo do que ensinou o professor Claudinei Antônio Minchio, o caminho escolhido por Mengarda para combater a cigarrinha foi o do equilíbrio. “A forma mais fácil de controle é o manejo com cultivar resistente, e utilizar os inseticidas, sejam químicos ou biológicos, de forma consciente, correta, no momento certo, sem exageros”, finaliza o produtor.

No combate à cigarrinha, a união faz a força

Para controlar o inseto e os problemas causados, é preciso apostar em uma estratégia integrada dentro da lavoura e em conjunto com os vizinhos. Confira algumas dicas:

01

Controlar o “milho tiguera”, plantas voluntárias que nascem por queda accidental de sementes no solo

02

Evitar plantio de outras gramíneas sobre o milho

03

Eliminar o “milho tiguera”, no mínimo duas semanas antes da semeadura

04

Verificar fontes de inóculo nas imediações – evitar semeadura e pulverizar gramíneas próximas

05

Evitar semeadura ao lado de lavouras adultas com plantas doentes, pois as cigarrinhas migram para outras plantas

06

Tratar as sementes com inseticidas e pulverizar a lavoura no início (V3 e V4) para reduzir níveis de incidência

07

Sincronizar o período de semeadura do milho na região – concentrar em 20 ou 30 dias

08

Utilizar sementes com resistência genética aos enfezamentos – informação disponível no documento 223, da Embrapa Milho e Sorgo

09

Diversificar e rotacionar cultivares

10

Utilizar controle biológico para controle dos ovos, ninfas e adultos da cigarrinha

IMPORTANTE: as medidas de controle precisam ter abrangência regional, ou seja, adotadas por todos os produtores de determinada região com características similares

Fonte: DTE/FAEP
Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR



Tabela de preços das terras agrícolas no Paraná

A tabela dos Preços Médios das Terras Agrícolas referentes ao ano de 2020, elaborados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), já está disponível para consulta. Os valores do hectare em reais em cada município do Estado servem como referência de mercado. Para mais informações, procure o Departamento Sindical da FAEP por meio do telefone (41) 98876-8738 (durante a quarentena determinada pelo Decreto 4942, do governo estadual, o atendimento está sendo realizado de forma remota).



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/06/2020

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	401,21	-	-	-	-	182,08	219,13	
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	47.040.179,42	-	2.341.952,64	53.679.565,12	
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.858.398,00	-	192.156,99	17.200.166,83	
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.702.367,73	-	-	8.526.902,36	
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	182.226,18	-	-	259.548,96	
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	17.851,30	-	-	23.689,91	
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	229.023,42	-	-	313.031,33	
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	(141.031,00)	
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)	
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00	
TOTAL	20.744.583,21	4.624.105,00	141.031,00	57.168.727,14	542.225,27	2.675.140,63	79.925.556,21	
SALDO LÍQUIDO TOTAL							79.925.556,21	

Ágide Meneguette
 Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
 Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
 Contadora | CO-CRC/PR-045.388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Herança para um mundo melhor

*Todos os anos, o
Prêmio Nobel presta
homenagem a nomes
cujos trabalhos têm
importante contribuição
para o progresso da
humanidade*





O Prêmio Nobel é um reconhecimento internacional concedido a pessoas ou organizações que realizaram pesquisas ou descobertas notáveis para a sociedade. A cerimônia do prêmio ocorre há 119 anos, sempre no dia 10 de dezembro, em Estocolmo, na Suécia, e em Oslo, na Noruega. Oficialmente, cinco categorias são premiadas: Química, Física, Fisiologia ou Medicina, Literatura e Paz. O prêmio de Economia, ainda que entregue na mesma cerimônia, não faz parte das categorias determinadas, sendo uma honraria dada pelo Banco Central da Suécia em homenagem a Alfred Nobel, idealizador do prêmio. Mas, afinal, quem foi Alfred Nobel?

Químico e inventor, Nobel nasceu em 1833, na cidade de Estocolmo. O sueco cresceu em São Petersburgo, então capital do Império Russo, local onde seu pai montou uma fábrica de ferramentas e explosivos. Foi neste trabalho que Alfred teve o primeiro contato com a nitroglicerina líquida, substância utilizada em sua principal invenção: a dinamite. Ele acreditava que facilitaria grandes construções, como túneis e canais. No total, foram 355 invenções patenteadas por Alfred Nobel e, consequentemente, tornando-o milionário.

Em 1888, um jornal francês confundiu-o com seu irmão Ludvig e, por engano, publicou um obituário em nome de Alfred, chamando-o de “comerciante da morte”. Tal fato fez o químico refletir sobre a maneira com que seria lembrado pela sociedade.

Influenciado por sua amizade com a escritora e ativista pela paz, a austríaca Bertha Von Suttner, Alfred tomou uma decisão que se tornaria seu maior legado. Pouco mais de um ano antes de seu falecimento, o inventor assinou a última versão de seu testamento, determinando que maior parte de sua fortuna fosse “distribuída anualmente às pessoas que mais benefícios houvessem prestado à humanidade”. Alfred Nobel morreu em 10 de dezembro de 1896, aos 63 anos,

em uma vila em San Remo, na Itália, por hemorragia cerebral.

Então, em 1900, foi criada a Fundação Nobel, com a primeira cerimônia realizada no ano seguinte. Em seu testamento, Alfred também determinou um grupo de pessoas para escolher os indicados que seriam reconhecidos pelas suas contribuições para a humanidade. Segundo fontes oficiais, 94% da fortuna de Alfred foi destinada à criação da Fundação Nobel.

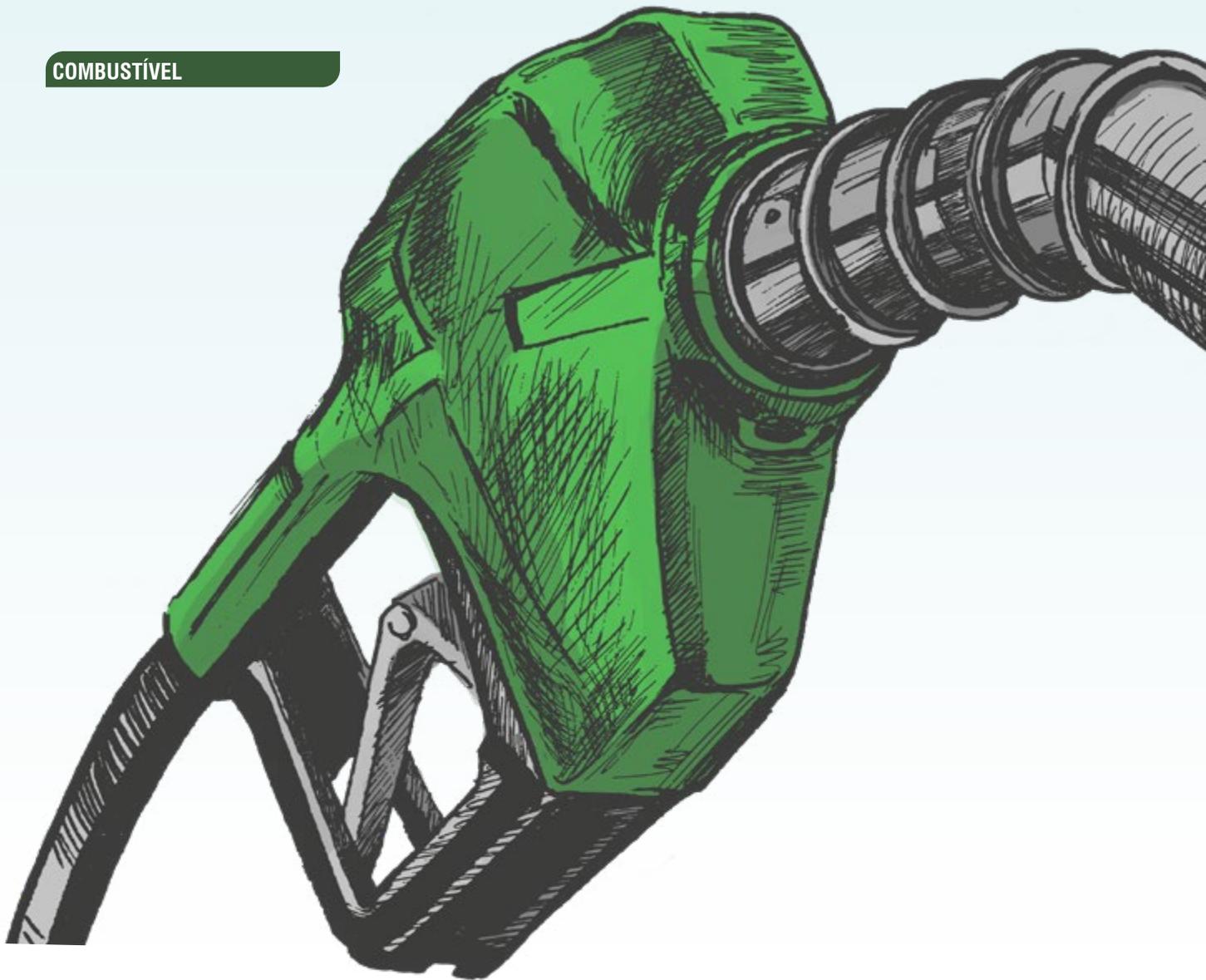
O prêmio

O processo de escolha dos vencedores do Prêmio Nobel começa, normalmente, em setembro do ano anterior, quando o comitê envia formulários de nomeação a cerca de três mil pessoas que desenvolvem trabalhos nas cinco áreas das categorias. No caso do Nobel da Paz, os formulários também são enviados para governos, antigos ganhadores do prêmio, e para os antigos ou atuais membros do comitê norueguês.

O prazo final para retorno dos formulários é 31 de dezembro. As personalidades indicadas são analisadas por especialistas de cada área e, em janeiro do ano seguinte, cerca de trezentos potenciais candidatos são selecionados. Os indicados não são informados que foram selecionados e a lista é mantida em sigilo por 50 anos.

Além do trabalho reconhecido internacionalmente, os premiados recebem uma importância em dinheiro, uma medalha de ouro e um diploma. Ainda, os laureados precisam fazer uma palestra pública em um prazo de seis meses após aceitarem o reconhecimento - é comum que sejam realizadas nos dias anteriores à cerimônia de premiação.

Desde 1974, a Fundação Nobel proíbe indicação póstuma, mas permite que pessoas que foram anunciadas e morreram antes da cerimônia possam ser laureadas. O Prêmio Nobel não contempla, necessariamente, vencedores em todas as categorias todos os anos. De modo geral, o prêmio concedido com mais frequência é o da Paz, sendo os primeiros ganhadores o suíço Henry Dunant, fundador do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e o francês Frédéric Passy, fundador da Sociedade Francesa de Arbitragem entre as Nações.



Etanol: energia no tanque, sustentabilidade no campo

Prestes a completar um século, aposta no álcool obtido da cana-de-açúcar se consolidou no Brasil, com vantagens econômicas e de preservação ao meio ambiente

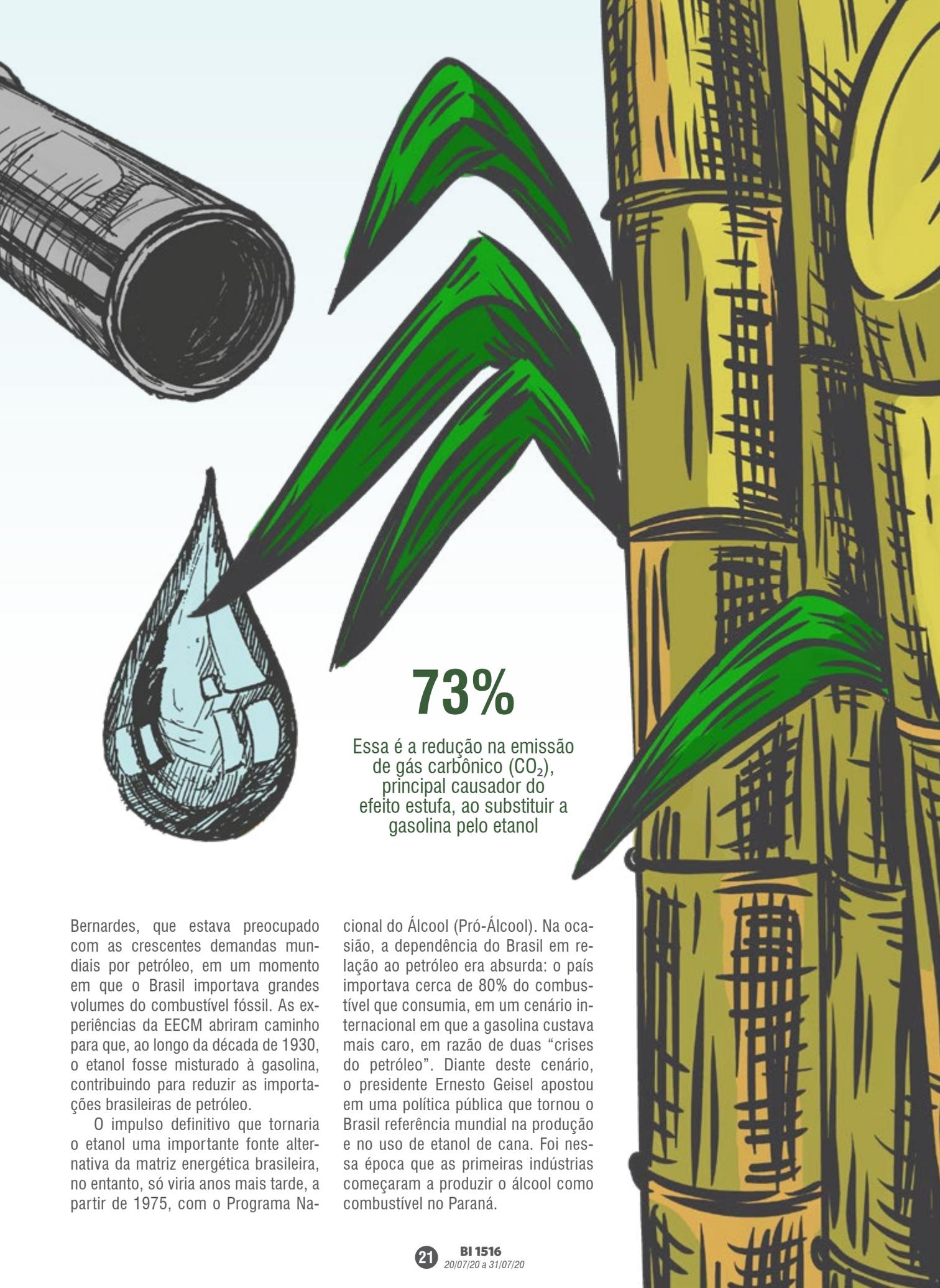
Por Felipe Aníbal

Entre os automóveis que cruzaram a linha de chegada da primeira corrida realizada no Circuito da Gávea, no Rio de Janeiro, em agosto de 1925, estava um Ford de quatro cilindros, da Estação Experimental de Combustíveis e

Minérios (EECM). Não há registros de em que lugar o carro terminou a prova. Pouco importa. Independentemente do resultado, o Fordinho entraria para a história como o primeiro veículo de que se tem notícia a rodar com álcool no Brasil. De lá para cá, o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar foi determinante para que o país redu-

zisse sua dependência do petróleo e, posteriormente, passasse a ser reconhecido como “combustível verde”.

Considerado um protótipo experimental, o Ford da EECM tinha como combustível o álcool etílico hidratado 70% (com 30% de água). As pesquisas com o etanol tinham sido encomendadas pelo presidente da república Arthur



73%

Essa é a redução na emissão de gás carbônico (CO₂), principal causador do efeito estufa, ao substituir a gasolina pelo etanol

Bernardes, que estava preocupado com as crescentes demandas mundiais por petróleo, em um momento em que o Brasil importava grandes volumes do combustível fóssil. As experiências da EECM abriram caminho para que, ao longo da década de 1930, o etanol fosse misturado à gasolina, contribuindo para reduzir as importações brasileiras de petróleo.

O impulso definitivo que tornaria o etanol uma importante fonte alternativa da matriz energética brasileira, no entanto, só viria anos mais tarde, a partir de 1975, com o Programa Na-

cional do Alcool (Pró-Alcool). Na ocasião, a dependência do Brasil em relação ao petróleo era absurda: o país importava cerca de 80% do combustível que consumia, em um cenário internacional em que a gasolina custava mais caro, em razão de duas “crises do petróleo”. Diante deste cenário, o presidente Ernesto Geisel apostou em uma política pública que tornou o Brasil referência mundial na produção e no uso de etanol de cana. Foi nessa época que as primeiras indústrias começaram a produzir o álcool como combustível no Paraná.

Veja a produção de etanol no Brasil e no Paraná

(em milhões de metros cúbicos)

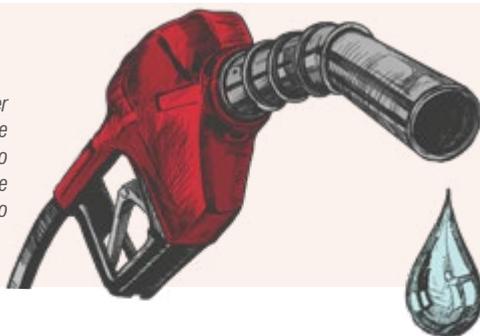
ETANOL HIDRATADO:

Produto proveniente do processo de fermentação e destilação da cana-de-açúcar. Líquido sai das usinas com 96% do teor de álcool e 4% de água. É usado diretamente como biocombustível, nos carros movidos a etanol ou com motor flex.



ETANOL ANIDRO:

Ainda na usina, o etanol hidratado pode ser submetido a um processo industrial, que aumenta o teor de álcool, dando origem ao anidro, com composição de 0,5% de água e 99,5% de álcool. O anidro é o etanol misturado à gasolina, a uma proporção de 27%.



* De janeiro a abril

Fonte: ANP | Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR

“Até então, nós tínhamos poucas indústrias no extremo Norte do Paraná, que produziam apenas o açúcar. Com o Pró-Álcool, foram estimuladas indústrias voltadas ao etanol. Várias se instalaram, principalmente no Noroeste do Estado, que tem um solo arenoso e clima mais adequado à cultura da cana”, conta o presidente da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar), Miguel Tranin.

Consolidação

A partir do Pró-Álcool, o governo federal estimulou que a indústria automobilística apostasse na produção em massa de veículos movidos à álcool – o primeiro foi o Fiat 147. Por um lado, a política de incentivo catapultou a produção de etanol de cana, cuja safra saltou de 580 mil metros cúbicos, em 1975, para 35,3 milhões de metros cúbicos, em 2019, consolidando o setor alcooleiro. Por outro lado, o álcool ajudou a reduzir

a dependência do Brasil à gasolina. Estima-se que, por causa do etanol de cana, o país tenha deixado de gastar com a importação de petróleo mais de US\$ 15 bilhões em 45 anos.

“Hoje, o país é exportador líquido de álcool. Foram US\$ 20,6 bilhões exportados nos últimos 22 anos, conseguimos atender o mercado interno e ainda vendendo algum excedente, o que demonstra a força que o setor conquistou ao longo das últimas décadas”, ressalta Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Assim como em âmbito nacional, no Paraná o setor também se consolidou ao longo das últimas décadas. Hoje, 19 indústrias do setor sucroenergético estão instaladas no Estado. Destas, três são voltadas exclusivamente à produção de etanol. As outras 16 podem produzir tanto açúcar como álcool. De 1980 para cá, a produção do combustível obtido a partir da cana saltou de 142 mil para 1,6 milhão de metros cúbicos: crescimento superior a dez vezes.

BRASIL

2019	2020*
24,8	4,5

10,4	0,923
------	-------

A era flex

Com o fim do Pró-Álcool em 1985, o setor deixou de contar com a política de incentivo do governo federal. Ainda assim, a produção de etanol continuou em expansão ao longo da década de 1990. A partir do início dos 2000, uma novidade tecnológica voltou a impulsionar o álcool como combustível: a popularização dos motores *flex-fuel*, que podem ser movidos à etanol ou à gasolina. Até o fim daquela década, mais da metade da frota brasileira seria *flex*. Com isso, a produção de álcool a partir da cana mais que dobrou, trazendo novamente à tona essa alternativa energética.

A partir de então, o etanol passou a ter peso significativo na autonomia brasileira quanto a combustíveis. Em razão da relação custo-benefício, passou a ser bastante competitivo frente à gasolina, principalmente em razão dos sucessivos aumentos do preço do petróleo no mercado internacional.

“A volatilidade no preço internacional do petróleo e a tecnologia *flex* deram

PARANÁ

2019

1,1

2020*

0,128

0,569

0,057



Em 1925, Ford foi o primeiro veículo movido a álcool no Brasil

grande impulso à produção de etanol no Brasil. O crescimento médio foi de 17,7% ao ano entre 2000 e 2009. O aumento da produção e do consumo interno de etanol ajudaram a mitigar os impactos da alta de combustíveis não renováveis no mercado externo, trazendo benefícios diretos aos consumidores”, aponta Ferreira.

No Paraná

Hoje, a produção paranaense de etanol corresponde a 3,4% da safra nacional. Conforme os dados de comercialização da Agência Nacional do Petróleo, 80% do álcool destilado no Paraná têm como destino os tanques de veículos do próprio Estado. Uma parte significativa da produção, no entanto, é encaminhada para Estados vizinhos, principalmente São Paulo.

“Ainda assim, o Paraná não é autossuficiente no etanol. No ano passado, chegamos à produção de 1,6 milhão de metros cúbicos, mas o Estado consumiu em torno de 2 milhões de metros cúbicos. Esse mercado interno aquecido é bom para o setor”, diz Tranin, da Alcooper.

A exemplo do que ocorre no restante do país, a maior proporção do álcool combustível produzido no Paraná (cerca de 65%) é etanol hidratado – aquele usado diretamente no abastecimento de veículos à álcool. Os outros 35% correspondem ao etanol anidro, com menor teor de água e que é misturado à gasolina. Hoje, cada litro de gasolina tem 27% de anidro.

Perspectivas

Como em todos os campos da economia, os empresários do setor sucroenergético estão de olho no transcórre da crise mundial causada pela pandemia do novo coronavírus. Os indicadores iniciais apontam um quadro de recessão global e de queda de consumo. As perspectivas do setor devem depender diretamente do tempo que vai levar para que a economia reaja em âmbitos nacional e mundial.

“A gente está num momento muito delicado de saúde das pessoas, mas também está no horizonte a saúde financeira das corporações. A retomada vai depen-

Comercialização

Confira para onde vai a produção paranaense de etanol:

Paraná

80,3%

São Paulo

13,09%

Santa Catarina

3,71%

Rio Grande do Sul

2,27%

Sergipe

0,58%

Mato Grosso do Sul

0,05%

der muito do comportamento da economia mundial”, avaliou Tranin. “O setor sucroenergético foi um dos mais afetados dentro do agronegócio durante esta pandemia. A recuperação da produção e do consumo vai depender diretamente da recuperação da atividade econômica, vários países já flexibilizaram ou suspenderam as restrições à circulação de mercadorias

e pessoas, o preço do petróleo já está em recuperação, trazendo junto o preço do etanol”, acrescenta.

Nos primeiros meses da pandemia, o setor já sofreu em razão de acontecimentos externos. A queda no preço do barril de petróleo – provocada na disputa em Rússia e Arábia Saudita – gerou a queda do preço do etanol, colocando o setor em

condições difíceis. “A gasolina compete diretamente com o etanol. Estávamos com um preço bom, de R\$ 1,80 o litro [de etanol] na indústria. Mas com a queda do petróleo abaixo dos US\$ 20 [o barril], o preço do etanol veio a R\$ 1,40, menor que o nosso custo de produção. Foi uma queda violenta. Agora, esperamos a recuperação”, aponta Tranin.

O ciclo do combustível verde



Fonte: ANP
Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR



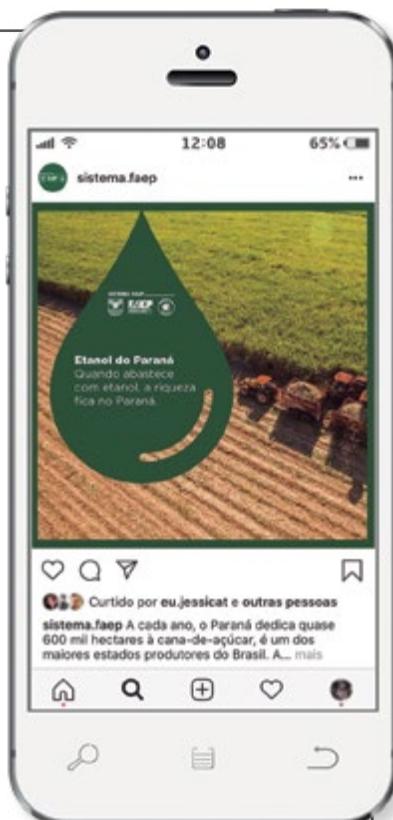
Setor gera mais de 35 mil empregos no Paraná

Sistema FAEP/SENAR-PR promove campanha de incentivo

Desde junho, uma campanha promovida pelo Sistema FAEP/SENAR-PR incentiva o uso de etanol. A partir de dados e informações do setor no Paraná, como geração de emprego e preservação do meio ambiente, a entidade desenvolveu materiais para valorizar os benefícios de se usar esse combustível. No total, são cinco peças, em referência a continuidade do setor em meio a pandemia, riquezas geradas no Estado, empregos no campo e na cidade, redução da emissão de gases do efeito estufa e postos de trabalho do setor.

Em um dos materiais há a informação de que o Paraná dedica quase 600 mil hectares à cana-de-açúcar e que a produção movimentou a economia. Em outra, destaca-se o fato de que o etanol no Paraná gera 35 mil empregos, que fazem a renda circular em diversas cidades do Estado.

Todas as peças estão disponíveis no site do Sistema FAEP/SENAR-PR www.sistemafaep.org.br e nas redes sociais.



Combustível verde reduz poluição nas cidades

Paralelamente, a partir de avançar da década de 1990, acirraram-se as discussões em torno do aquecimento global e a necessidade urgente da redução drástica do uso de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia. Neste sentido, além do aspecto econômico, o etanol também se mostrou uma alternativa bastante interessante. Segundo uma pesquisa da Embrapa, ao substituir a gasolina, o “combustível verde” reduz em pelo menos 73% as emissões de gás carbônico (CO₂), principal causador do efeito estufa.

Com o aumento da frota de carros flex, a estimativa é de que o etanol tenha provocado indiretamente uma redução de 40% na poluição do ar das grandes cidades, conforme estimativa que consta do livro “Carro a Álcool – O salto para o futuro”, de Mario Garnero. Outra vantagem diz respeito à baixa toxidez do etanol e ao fato de o produto ser biodegradável. Em caso de acidentes, como derramamentos ou vazamentos, por exemplo, o impacto ambiental é praticamente nulo, em comparação com outros combustíveis, como a gasolina e o diesel.

Segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), o etanol reduz em 98% a dispersão de partículas e em 99% a emissão de benzeno (componente cancerígeno, presente na gasolina) e de hidrocarbonetos poliaromáticos (também cancerígeno, gerados na queima do diesel).

SENAR-PR realiza diagnóstico do plantio da cana-de-açúcar no Paraná

Levantamento inédito junto a 17 usinas sucroalcooleiras do Estado será base para desenvolvimento de novos cursos



A evolução do campo exige a constante atualização de quem trabalha no meio rural, principalmente em relação ao uso de diferentes tecnologias. Em 2019, o SENAR-PR deu início a um estudo para desenvolver novos cursos de profissionalização no plantio mecanizado de cana-de-açúcar. Para identificar os principais desafios do setor sucroalcooleiro, a entidade realizou uma pesquisa junto às agroindústrias com o objetivo de traçar um diagnóstico da cultura no Paraná.

A pesquisa reuniu o perfil dos entrevistados, máquinas e implementos agrícolas utilizados e, ainda, aspectos relacionados ao manejo. O questionário incluiu avaliações sobre produção e colheita de mudas, indicadores de qualidade do transbordo e do plantio, operação e manutenção da plantadora de cana-de-açúcar e problemas no sistema de plantio mecanizado.

Posteriormente, os resultados obtidos foram apresentados para as usinas, via videoconferência, por conta da pandemia do novo coronavírus, entre os meses de junho e julho. Segundo o engenheiro agrônomo e consultor Edelclaiton Daros, um

dos responsáveis pela pesquisa, a maior demanda do setor é em relação à operação e automação das máquinas, principalmente as plantadoras.

“O plantio mecanizado é uma atividade de muitos detalhes, sendo todos importantes. Por isso, precisa de todas as suas fases muito bem definidas e com comprometimento dos operadores. Além disso, estes operadores precisam ter compreensão sobre todo o sistema para que todas as partes estejam engajadas e em pleno funcionamento”, define.

Para a técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR Jéssica D’angelo, que acompanha a cultura da cana-de-açúcar, a proposta de treinamentos, que ainda está em desenvolvimento, abrange seis módulos específicos em formato presencial, um módulo em formato Educação a Distância (EaD) e uma atualização do curso de plantio manual. “Este diagnóstico é um trabalho inédito em termos de SENAR. Com a colaboração das usinas, temos embasamento para elaborar materiais técnicos e levar treinamentos a campo de acordo com a realidade do setor sucroalcooleiro”, avalia.

Desenvolvimento

Na visão do chefe de treinamento da Usina Alto Alegre, Roberto Tolentino, o envolvimento das usinas no processo é fundamental para que os cursos sejam mais focados nas atuais demandas do setor. “Eu já havia falado com os supervisores do SENAR-PR sobre o nosso interesse em capacitações em plantio mecanizado. Essa foi a oportunidade de abriremos as portas e contribuirmos com nossa experiência do dia a dia e o que está sendo feito na região. Com o SENAR-PR entendendo nossas reais necessidades e dificuldades, fica muito mais fácil oferecer, na prática, uma formação que nos contemple”, destaca Tolentino.

Para o gerente de planejamento agrônomo da Usina Santa Terezinha, Isao Tamane, o diagnóstico possibilitou captar diferentes visões sobre o funcionamento da usina e a rotina de trabalho. “Foi um material bastante rico e abrangente nesse sentido, pois todas as pessoas foram envolvidas no processo, desde o planejamento até a parte operacional”, afirma.

No total, foram respondidos 95 questionários, abrangendo 13 aspectos de plantio, por diferentes colaboradores de 17 usinas do setor sucroenergético paranaense. Foram entrevistados diretores, gerentes, supervisores, chefes, encarregados, líderes e operadores envolvidos direta e indiretamente no sistema de produção, colheita e transporte de mudas de cana-de-açúcar e plantio mecanizado.

Um dos gargalos apontados pelo diagnóstico é fazer com que a tecnologia embarcada no maquinário seja inteiramente aproveitada pelos operadores. “A automação auxilia muito com relação à quantidade de utilização de mudas, defensivos, entre outros, melhorando a performance qualitativa do nosso plantio”, aponta Tamane. Com os resultados em mãos já está sendo possível fazer pequenos ajustes e redirecionar o foco do trabalho. “Agora conseguimos mirar de fato no que temos dificuldade e onde temos grandes oportunidades de melhores resultados”, complementa.

“Com o SENAR-PR entendendo nossas reais necessidades e dificuldades, fica muito mais fácil oferecer, na prática, uma formação que nos contemple”

Roberto Tolentino,
chefe de treinamento da Usina Alto Alegre

Seminários como ação inicial

O desenvolvimento de novas capacitações na cultura da cana-de-açúcar é parte de um trabalho cujos primeiros resultados foram apresentados em 2019. No início do diagnóstico, o SENAR-PR identificou demandas urgentes entre as usinas e promoveu uma rodada de seminários sobre o bicudo da cana-de-açúcar (*Sphenophorus levis*) e o capim-camalote (*Rottboellia cochinchinensis*). A instituição também elaborou cartilhas de orientação aos participantes sobre os assuntos.



A aula teórica prepara para a prática no campo



Conhecimento prático com embasamento técnico



Alunos aprendem a reconhecer o capim-camalote



Programa para os líderes do futuro

Sistema FAEP/SENAR-PR participa do Programa CNA Jovem, iniciativa nacional com o objetivo de desenvolver novas lideranças ao agronegócio. Veja como se inscrever



O Sistema FAEP/SENAR-PR aderiu, pela primeira vez, ao Programa CNA Jovem, que vai acontecer em 2020 e 2021. A iniciativa, na sua quarta edição, tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de novas lideranças para enfrentar desafios e buscar inovações para a agropecuária brasileira. O foco principal está voltado para cinco áreas: institucional, sindical, político-partidária, empresarial e educacional.

Criado em 2014, o programa tem o intuito de descobrir potenciais lideranças na juventude rural do Brasil. De lá até aqui, foram realizadas três edições, que incluíram etapas nacionais, estaduais e fases seletivas na modalidade de Educação a Distância (EaD). Além disso, o programa já teve premiações que incluíram viagens técnicas ao Vale do Silício, nos Estados Unidos, China e Nova Zelândia.

Fernanda Nonato, assessora técnica do SENAR Nacional, lembra que ocorreram melhorias e atualizações no programa ao longo dos últimos anos. Afinal, esta é uma característica crucial numa proposta que visa formar líderes para se tornarem os protagonistas da sociedade em um futuro próximo. “A cada edição, o programa passa por processos de *feedbacks*, reavaliações e reformulações de modo a promover um aprimoramento constante”, explica.

Novidades

A reformulação da terceira para a quarta edição contou com a contratação de consultores especialistas em liderança. “Eles propuseram um novo formato, que consiste em começar com uma fase EaD maior, com etapas eliminatórias. Jovens de todo o país podem participar dessa fase EaD, organizada pelo SENAR Nacional. Tivemos ainda como novidade o lançamento do site oficial do programa, com um histórico do que já foi feito”, revela Fernanda.

A assessora técnica reforça o quanto o engajamento das regionais do SENAR é de suma importância, justamente para ajudar no processo de identificação de possíveis jovens lideranças e incentivar que participem da iniciativa. “Ao chegar na quarta edição, conquistamos uma marca, pois as pessoas já estão vendo como um programa consolidado. Além disso, estamos formando uma rede de egressos, o que mostra um resultado efetivo”, enfatiza.

Para o ano de 2020, um dos objetivos principais do CNA Jovem é o desenvolvimento de líderes que permaneçam no setor agrícola, de olho nos processos de sucessão em cargos de gestão. Além disso, a iniciativa pretende incluir

soluções inovadoras para os desafios do agro, trabalhando empreendedorismo, perfil de liderança e habilidades comportamentais do jovem.

Nova metodologia

Os especialistas que propuseram a nova metodologia, dividiram metas a serem cumpridas pelo programa em três fases: desenvolvimento de uma ideia, da pessoa e o engajamento das regionais. Dessa forma, os jovens deverão, em primeiro lugar, solucionar um desafio originado em um problema que devem aprender a diagnosticar. Em seguida, deverão perceber as características comportamentais e toda sua evolução de entrada e saída do programa. Por último, os participantes deverão ter um relacionamento com a regional estadual e este deve engajar sua regional no acompanhamento da jornada durante o programa.

Etapas

Para cumprir esses objetivos, diversas etapas foram previstas na formação. Em um primeiro momento, o programa contará apenas com fases remotas. Nesse período, serão ministradas oficinas sobre temas, como o que é o Sistema CNA, a descoberta de problemas e oportunidades, o encontro de propósitos e a definição do desafio de liderança.

No decorrer das etapas do programa, ocorrerão processos de seleção de candidatos a liderança que vão ter a chance de continuarem seu processo de formação. Então, os encontros com os alunos selecionados serão nos modos remoto e presencial. As atividades dessa segunda fase tratam de temas como criatividade e oratória, mapeamento de redes e narrativas e construção de iniciativas.

Inscrições

As inscrições estão abertas até o dia 31 de julho a jovens de todos os lugares do país. Os requisitos são: entre 22 e 30 anos, formação técnica e/ou superior completa e possuir algum vínculo com o setor agropecuário, como ser filho de produtor rural, atuar no meio rural ou possuir formação na área de ciências agrárias.

Quem avançar nas etapas e se destacar será premiado, em grupo ou de forma individual. A premiação deste ano, em decorrência das incertezas em relação a pandemia de novo coronavírus e restrições a viagens internacionais, ainda está em fase de definição.

Para mais informações e fazer a inscrição de forma gratuita pela internet, basta acessar o site cna-jovem.org.br. Ainda, dúvidas podem ser esclarecidas no telefone (41) 2169-7958, com João Lázaro, do Departamento Sindical da FAEP.



A força do pescado

Ao longo desta década, a piscicultura vem ganhando cada vez mais importância no Paraná. O destaque crescente da atividade ganhou matéria de capa da edição 1312 do Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR, em agosto de 2015. A reportagem abordou o potencial de crescimento da produção de peixes e a viabilidade econômica do setor, que já começava a ter significativo Valor Bruto de Produção (VBP), mas tinha condições de crescer ainda mais.

A matéria de capa mostrava que a piscicultura passou a decolar no Paraná em 2012. Nos dois anos seguintes, a produção de pescados aumentou 39% no Estado, com 64,4 mil toneladas e VBP de R\$ 375 milhões. Já à época, o principal polo produtor era a região Oeste, onde a criação de tilápia para fins comerciais remonta ao início da década de 1980 e já se encontrava consolidada.

Hoje, cinco anos depois da publicação da matéria, a produção de pescados no Paraná já é superior a 154 mil toneladas, evidenciando que a piscicultura tinha, mesmo, fôlego para se tornar uma atividade rentável na pecuária paranaense. Com esse avanço, o Estado se tornou o maior produtor de pescados do Brasil, conquistando aumento em produção e em produtividade, ano a ano. A região Oeste continua como principal produtora, mas outros polos, como o Noroeste do Paraná, também já têm participação significativa.

Impasse da Mata Atlântica pode atingir 2 milhões de produtores

Maioria das pequenas propriedades do Brasil passaria a ter inviabilidade econômica. CNA e FAEP estão trabalhando para assegurar os direitos dos agricultores e pecuaristas

O impasse ambiental envolvendo as regras para as “áreas consolidadas”, previstas no Código Florestal Brasileiro de 2012, válidas para o bioma Mata Atlântica, tem trazido preocupação a milhões de produtores rurais do Brasil. Dados iniciais apontam que mais de dois milhões de propriedades rurais em Estados abrangidos pelo bioma da Mata Atlântica presente em seu território, inclusive no Paraná, serão afetados significativamente, inclusive, em alguns casos, tornando a atividade inviável economicamente.

A discussão sobre o tema envolve uma série de decisões, que causam insegurança jurídica no campo. No dia 6 de abril, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou, no Diário Oficial da União, o despacho 4.410/2020 revogando um despacho anterior (64773/2017), de autoria do ex-ministro da pasta, José Sarney Filho, que estabelecia que as regras para as “áreas consolidadas”, previstas no Código Florestal Brasileiro de 2012, não eram válidas no bioma Mata Atlântica. A decisão do atual ministro, Ricardo Salles, de revogar o despacho anterior, tomou como base parecer da Advocacia-Geral da União

(AGU) em consulta solicitada pelo setor produtivo. Porém, no dia 4 de junho, o assessor especial do MMA revogou o despacho de abril.

Para garantir o direito dos produtores rurais do Paraná e demais Estados, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estão trabalhando, em diversas frentes, para evitar a perda de sustentabilidade econômica e a falência de centenas de milhares de produtores rurais.

Confira os possíveis impactos, caso o Código Florestal Brasileiro de 2012 não seja cumprido, e as ações que estão sendo desenvolvidas pela FAEP e CNA.

Relação Lei da Mata Atlântica X Código Florestal

O setor produtivo defende que é um equívoco esse entendimento, uma vez que o despacho do Ministro do Meio Ambiente só



seguiu o entendimento já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando julgou a constitucionalidade do Código Florestal.

Toda essa polêmica iniciou-se no ano de 2012, após a sanção do Código Florestal. Naquele momento já houve um questionamento sobre a aplicabilidade do Código Florestal no bioma Mata Atlântica.

Tal ato resultou em um pedido de convocação da, então, ministra Isabela Teixeira, que subsidiada por parecer jurídico conjunto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Advocacia Geral da União (AGU), emitiu um despacho concluindo aplicabilidade do Código Florestal no bioma Mata Atlântica, especialmente em relação as áreas definidas como de uso consolidado.

Entretanto, logo em seguida houve um questionamento no STF sobre constitucionalidade de 43 artigos do Código Florestal. Diante desse impasse, o assunto novamente retornou para a pauta do MMA. Na época, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, mudou o entendimento justificando que a questão não estava definida pelo STF.

Sendo assim, no final de 2007, o MMA revogou o despacho anterior, determinando que o Código Florestal não seja aplicado ao bioma Mata Atlântica. Em 2018, o STF finalmente julgou as ADINS do Código Florestal, declarando a constitucionalidade da maioria dos artigos. Após isso, a CNA fez requerimento à AGU para aplicar a determinação do STF.

No final de 2019, a AGU se manifestou novamente concluindo pela aplicabilidade do Código no bioma da Mata Atlântica.

Em conformidade com esse parecer jurídico, em abril deste ano, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, emitiu o despacho 4.410/2020 para todas as entidades ambientais orientando a aplicação do Código Florestal, em conformidade com o parecer da AGU, alinhado ao posicionamento do STF. Tendo em vista que o despacho foi revogado, a AGU propôs a ADI 6446, visando reconhecer a constitucionalidade da aplicação do Código Florestal à Mata Atlântica.

Impacto no campo

A Embrapa realizou um trabalho completo mostrando que essa decisão vai atingir em torno de dois milhões de produtores rurais no bioma Mata Atlântica. Isso é quase a metade de todos os pequenos produtores do Brasil. O setor produtivo está aprofundando os estudos para mostrar os impactos socioeconômicos. No Paraná, são 549.169 imóveis, sendo que 92,5% têm menos do que quatro módulos fiscais.

Áreas afetadas

Em todas as áreas de preservação permanente, previstas no Código Florestal, dentre elas as margens de rios, nas distâncias estipuladas na lei, como também as áreas de uso consolidado que abrangem todos os plantios e culturas em encostas, como, por exemplo, o plantio de uvas e os aviários, bem como qualquer empreendimento agrícola que esteja em área consolidada será impactado. Como essa decisão é recente, a CNA e FAEP estão trabalhando no levantamento de dados precisos para apresentar diante desse cenário.

Economia do Paraná e outros Estados

De acordo com os levantamentos iniciais, os impactos serão fortemente sentidos nos pequenos produtores e na agricultura familiar. Isso significa que a produção ficará prejudicada, o que consequentemente afeta a viabilidade econômica da grande maioria das pequenas propriedades rurais. Em um cenário de crises, o mais comum é o êxodo rural, gerando consequências sociais nas cidades pela falta de condições básicas de sobrevivência.

Posicionamento da FAEP e CNA

O respeito ao Código Florestal e à sua aplicação ao bioma Mata Atlântica são essenciais, a fim de evitar a perda de sustentabilidade econômica e a falência de centenas de milhares de produtores rurais.

A iniciativa de ONGs e dos Ministérios Públicos em querer impedir a aplicação da legislação ambiental de forma legal e equilibrada só traz dificuldades à implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e da análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), trazendo transtornos de ordens social e econômica, não só aos produtores, como da economia das cidades que dependem do setor agrícola como base à sua sustentação.

A FAEP tem exercido um papel fundamental nesse processo, orientando, esclarecendo dúvidas e fornecendo informações de adequação ambiental. A título de exemplo, assim que saiu o Novo Código Florestal, a FAEP capacitou mais de 20 mil facilitadores para auxiliar o produtor rural a fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e adequar-se ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O Sistema FAEP/SENAR-PR oferece cursos de conservação de solo, recuperação de mata ciliar e, no ano que vem, terá um curso específico do Programa de Regularização Ambiental (PRA).



JUSSARA

FERTIRRIGAÇÃO

No dia 17 de janeiro, o Sindicato Rural de Cianorte e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná promoveram o curso “Trabalhador na cultura de cana-de-açúcar – fertirrigação”. O instrutor Sergio Takashi Noguchi treinou nove pessoas.



ANDIRÁ

COLHEDORA DE CANA-DE-AÇÚCAR

O Sindicato Rural de Andirá e a empresa Canagri e Padeigis Agrícola organizaram o curso “Trabalhador na operação e na manutenção de colhedoras automotrizes – colhedora de cana-de-açúcar” para 12 alunos. As aulas com o instrutor Carlos Eduardo Graziano ocorreram entre 13 e 17 de fevereiro.



CASCAVEL

EQUIDEOCULTURA

Um grupo de 10 pessoas participou do curso “Trabalhador na equideocultura – casqueamento e ferrageamento”, organizado pelo Sindicato Rural de Cascavel e 6º BPM de Cascavel. O instrutor Rodrigo Pereira ministrou aulas entre 3 e 6 de março.



FLORESTA

JAA

No dia 4 de março começou as aulas do curso “Produtor agrícola – Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) – preparando para gestão”, organizado pelo Sindicato Rural de Maringá. A responsável por capacitar os 10 jovens ao longo de 2020 é a instrutora Patrícia Pimentel.



NOVA LONDRINA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

O instrutor Mateus Michaliszem Vieira foi o responsável pelas aulas do curso “Condutores de veículos de coletivo de passageiros – transporte de passageiros”, organizado pelo Sindicato Rural de Nova Londrina. Os 25 alunos participaram da capacitação entre os dias 9 e 13 de março.



UNIÃO DA VITÓRIA

APICULTURA

A Regional Irati do SENAR-PR e a Unespar organizaram o curso “Trabalhador na apicultura – abelhas indígenas sem ferrão”, entre os dias 10 e 13 de março. O instrutor Joel de Almeida Schmidt treinou 14 pessoas.



SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

O Sindicato Rural de São Jorge do Patrocínio, com participação da Prefeitura Municipal e a Secretária de Saúde, organizou o curso “Programa de inclusão digital – introdução à informática – Word, Excel, e-mail e internet” para 14 alunos. O instrutor Clóvis Palozi ministrou as aulas entre 9 e 13 de março.



JACAREZINHO

VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA

Entre os dias 2 e 13 de abril aconteceu o curso “Condutores de veículos de emergência – veículos de emergência”, promovido pelo Sindicato Rural de Jacarezinho. O instrutor Maurinei Benedito Igerski treinou 16 pessoas.

VIA RÁPIDA

A dureza dos lápis

Sabe o que aquelas letras e números impressas nos lápis significam? Eles definem a graduação (dureza) dos lápis. Os padrões disponíveis incluem os seguintes tipos: 6H, 5H, 4H, 3H, 2H, H, F, HB, B, 2B, 3B, 4B, 5B e 6B. Quanto maior o número H, mais claro e mais duro é o traço. Por outro lado, quanto maior o número B, mais preto e macio será o traço.



Mercado flutuante

A cidade de Banjarmasin, na Indonésia, ao Sul da província de Kalimantan, abriga uma feira bastante curiosa. Trata-se do “Mercado Flutuante de Muara Kuin”, no qual os comerciantes usam pequenos barcos para vender seus produtos. Em sua maioria os mercadores são mulheres idosas que vendem produtos cultivados em suas próprias fazendas, como frutas e vegetais, e há ainda embarcações que oferecem pratos da culinária local.

“Não-leite”

A *startup* chilena NotCo usa algoritmos e inteligência artificial para produzir leite vegetal em laboratório. A tecnologia decodifica os elementos presentes no leite convencional vendido em cada país e busca sabores semelhantes na sua base de dados. A empresa diz que o sabor é bastante semelhante ao leite tradicional.

An illustration of fresh produce including a whole pineapple, a slice of pineapple, a coconut, and a head of lettuce.

Solução anti-estocagem



A pandemia do novo coronavírus fez o álcool gel sumir das prateleiras. Para evitar esse problema, o supermercado Rotunden, da Dinamarca, adotou uma solução simples. Caso o cliente levasse um frasco do produto, o preço era o equivalente a quatro dólares. Mas, se quisesse levar dois, o preço então era o equivalente a 100 dólares.



Menor avião do mundo

O menor avião do mundo se chama Colomban Cri-Cri. Trata-se de uma aeronave com dois motores com capacidade para levar apenas um tripulante. O projeto desse veículo é do engenheiro francês Michel Colomban, produzido na década de 1970. O aviãozinho conseguiu atingir a velocidade incrível de 262 km/h.



Um minuto, por favor

Dois caçadores estão na floresta e um deles cai duro no chão. Ele não parece estar respirando e seus olhos estão paralisados. O colega liga para um serviço de emergência:

- "Meu amigo está morto! O que devo fazer?", pergunta o caçador.
 - "Calma, que eu posso ajudar. Primeiro, certifique-se de que ele está morto", responde o atendente.
- Após um breve silêncio, o atendente ouve um disparo. "Resolvido. E agora?", pergunta o caçador.



Balanço no ponto

O "balanço do busão" é uma constante para quem pega o transporte coletivo todos os dias. Mas e se houvesse balanço também no ponto de ônibus? Em Montreal, no Canadá, uma instalação artística colocou na cidade uma parada de ônibus com um total de 21 balanços. Cada um deles tocava uma nota musical quando as pessoas se balançavam.



Silêncio extremo

O lugar mais silencioso do mundo não fica em um retiro de padres ou num convento, mas em um laboratório de testes nos Estados Unidos. A Anechoic Chamber ("câmara sem eco", em português) pertence ao Laboratório Orfield. A estrutura do local absorve até 99,99% do som graças ao seu revestimento de paredes duplas de aço, além de 30 centímetros de concreto e mais 3,3 metros de espessura de vidro acústico.



UMA SIMPLES FOTO





28 JULHO

DIA DO AGRICULTOR

Parabéns por se manter firme e fazer brotar da terra o sustento de todos.



SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço Insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não Procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em _____

Em _____ Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

